

Todo dia surgem mais mentiras para colocar população contra servidores

O governo Jair Bolsonaro quer aprovar a reforma Administrativa (PEC-32/2020) para repassar os serviços públicos para a iniciativa privada e beneficiar seus apoiadores, que obterão altos lucros. Para conseguir isso, o Governo tem espalhado uma série de mentiras com a ajuda dos meios de comunicação empresariais brasileiros. Uma dessas mentiras quer passar para a população a ideia de que o Estado gasta muito com os servidores públicos. Na sua ira contra os servidores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já os chamou de “parasitas”, “inimigos” e “saqueadores”.

Salários baixos

No entanto, um levantamento feito pelo Dieese mostra que 53,1% dos servidores públicos ganham até quatro salários mínimos (R\$ 4.180,00). Eles trabalham em áreas que prestam serviços diretos à população. Na verdade, os altos salários são pagos a juizes, procuradores e militares de alta patente e esses não serão afetados pela reforma.

A reforma é seletiva porque não atinge a elite dos servidores, que têm rendimentos acima do teto salarial da categoria, hoje em cerca R\$ 39 mil, e está concentrada no judiciário. Enquanto 53,1% dos servidores recebem até quatro salários mínimos, apenas 3,2 % recebem mais de 20 salários mínimos.

"Além disso, os servidores federais já estão sem reajuste salarial por quase quatro anos consecutivos. Ou seja, na verdade, os salários da base do serviço público estão defasados", destacou o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

Segundo o Atlas do Estado Brasileiro, a maioria dos funcionários públicos são municipais e a

média salarial deles é ainda menor. Chegou a R\$ 2.800,00 mensais em 2017, valor equiparado ao da iniciativa privada para os mesmos cargos. No entanto, os principais executivos da iniciativa privada ganham até 600 vezes mais que os servidores.

Poucos servidores

Outra mentira espalhada aos quatro ventos é de que o Estado brasileiro é inchado. Mas, na verdade, levando-se em conta a população brasileira, ele é pequeno. Ou seja, tem poucos servidores e está longe de atender a população no que ela precisa. O número de servidores públicos no Brasil estava abaixo da média dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2017, com 12,4% da força de trabalho. A média da OCDE é de 17,7%.

A falta de reposição de vagas confirma a conclusão da OCDE. Hoje, para cada 100 servidores que se aposentam, o governo contrata apenas 26 novos trabalhadores. Esse é o menor índice dos últimos anos. Nas gestões do PT, o número de contratações superava o total de vagas liberadas, devido a necessidade de repor o esvaziamento promovido na era FHC. Em 2014, no governo Dilma Rousseff (PT), foram contratados 168 servidores para cada 100 vagas liberadas.

Sucateamento

Paulo Guedes também afirma que há necessidade de modernizar o serviço público para torná-lo mais eficiente.



“Essa é mais uma mentira. O governo Bolsonaro não quer modernizar para melhorar. Quer promover o desmonte para entregar tudo a iniciativa privada. E isso fica muito claro ao observarmos o sucateamento que vem sendo promovido, com corte de investimentos nas mais diversas políticas públicas, em infraestrutura, compra de equipamentos, material de manutenção e trabalho, cursos, treinamento, reformas nos prédios e concurso para novos servidores”, comentou José Carlos.

Com o desmonte dos serviços públicos, quem mais sairá perdendo será a população que não poderá pagar pelos serviços quando eles estiverem nas mãos da iniciativa privada que irá visar o lucro acima de tudo.

Outra reforma

Enquanto tenta aprovar a PEC-32, o ministro Paulo Guedes celebra, nos bastidores, o que vem chamando de "reforma administrativa silenciosa" já colocada em prática pelo governo. O ministro se refere ao congelamento salarial de servidores, cortes drásticos em investimentos, não reposição de vagas desocupadas e extinção de cargos.

Fonte: Sindsep-PE



Bolsonaro e Guedes querem acabar com aumento real do piso dos professores

A educação pública brasileira sofre mais um ataque do governo neoliberal de Jair Bolsonaro (ex-PSL). Desta vez, a equipe econômica comandada pelo ministro e banqueiro, Paulo Guedes, quer mudar as regras de reajuste do piso salarial dos professores e das professoras da educação básica e oferecer apenas a variação da inflação corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sem aumento real, ou seja, sem repor o poder de compra.

Para acabar com conquistas históricas da categoria, o governo pretende convencer o Congresso Nacional a votar a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) neste mês para ter tempo de operacionalizar as novas regras.

O executivo, entretanto, já trabalha em uma Medida Provisória (MP) caso o tema não avance até novembro, que pode corroborar seus entendimentos. A proposta de Bolsonaro consta em posicionamento do governo sobre o projeto de regulamentação do Fundeb da Câmara, e foi obtida pelo jornal Folha de São Paulo.

O menosprezo do governo Bolsonaro em relação à educação dos brasileiros pode ser medido tanto pelas tentativas de retirada de verba do Fundeb para financiar escolas particulares de igrejas e para o programa Renda Brasil, que virou Renda Cidadã, em substituição ao Bolsa Família, quanto na escolha política dos ministros da Educação mais comprometidos com a pauta dos costumes do que com a Educação – em menos de dois anos de governo o país está no terceiro ministro.

O primeiro, o colombiano Vélez Rodríguez, demitido em abril

de 2019, não tomou nenhuma medida. O segundo, Abraham Weintraub, se dedicou a brigar as com as universidades federais e tentar instituir o ‘Future-se’, de financiamento privado das universidades federais, a tentar mudar a maneira como os reitores são escolhidos e a maltratar a língua portuguesa em seus ataques pessoais no Twitter.

O atual ministro da Educação é Milton Ribeiro, advogado, teólogo, pastor da Igreja Presbiteriana e foi reitor da Universidade Mackenzie, em São Paulo, e envolvido em polêmicas como as dos vídeos antigos em que aparece pregando durante cultos sobre como as novas universidades ensinam “sexo sem limites”, dizendo que autor de feminicídio confundiu paixão com amor e defendendo o castigo físico para educar crianças.

Sem aumento real

A possibilidade de o governo em atacar o piso salarial dos professores, uma conquista também prevista na meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), é vista com preocupação pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo. A meta 17 do PNE, aprovado em 2014, prevê a equiparação do piso dos professores com a média salarial das demais categorias profissionais que exigem curso superior.

Entenda como funciona o reajuste do piso do professor

Pelas regras estabelecidas, em 2008, durante o governo Lula (PT), o piso dos professores é reajustado pelo mesmo índice da variação do valor por aluno do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb). Esta conta é feita pelo governo federal que divide o valor das receitas de estados e municípios pelo número de alunos matricula-

dos na educação básica.

Em 2020, por exemplo, o índice chegou a 12,84%. O governo tem até 31 de dezembro deste ano para publicar o resultado desta conta que valerá para o reajuste do piso salarial de 2021.

Meta 17 do PNE

A meta 17 do Plano Nacional de Educação, que tem de ser colocado integralmente em prática até 2024, prevê reajustes acima da inflação para os professores para que a sua média salarial seja equiparada à média salarial de outras categorias profissionais que exigem curso superior.

No ano em que o PNE foi aprovado (2014), a média salarial de um professor da educação básica era de R\$ 3.844,27 (70% da média salarial de outras profissões). No ano passado caiu para R\$ 3.807,65. Apesar da queda, a média em comparação às demais profissões subiu para 78%. Isto porque houve um rebaixamento na média salarial das profissões que precisam de curso superior. Em 2014, esses profissionais ganhavam uma média de R\$ 5.464,51.

Após os governos neoliberais de Michel Temer (MDB-SP) e Bolsonaro, os trabalhadores que cursaram uma faculdade, muitos com imensas dificuldades para pagar, estão ganhando menos. A média salarial caiu de R\$ 5.464,51 para R\$ 4.873,56 – uma perda de R\$ 590,95 (-10,8%). Os dados são do Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O piso salarial dos professores de 2020 é de R\$ 2.888,00.

Fonte: CUT